

# Governo angolano percebido como incapaz de conter o crescimento da corrupção

**Afrobarometer Edição No. 631 | Carlos Pacatolo e David Boio**

## Resumo

Entre 2018 e 2022, Angola melhorou do 165º para o 116º lugar no Índice de Percepção de Corrupção da Transparência Internacional, em grande parte devido à força das reformas anticorrupção introduzidas após a posse do Presidente João Lourenço em setembro de 2017 (Transparência Internacional, 2023; Ropes & Gray, 2021).

Em Fevereiro e Março de 2023, as manchetes explodiram com acusações públicas de tráfico de drogas envolvendo altas patentes da polícia nacional e o envolvimento em casos de peculato, extorsão e corrupção contra o juiz presidente do Tribunal Supremo, Joel Leonardo, e a juíza presidente do Tribunal de Contas, Exalgina Gamboa. Antes da renúncia de Gamboa ao cargo de presidente do Tribunal de Contas, ela foi formalmente acusada de crimes de peculato, extorsão e corrupção pela Procuradoria-Geral da República. Os gabinetes do juiz presidente do Tribunal Supremo e do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Joel Leonardo, foram selados e revistados pela Procuradoria-Geral da República. (Maka Angola, 2023a, b; Club-K, 2023; Angola24Horas, 2023; Novo Jornal, 2023a, b; Jornal de Angola, 2023a, b).

Esses eventos reacenderam o debate público sobre a gravidade dos problemas de corrupção no país, especialmente considerando que podem afetar as instituições encarregadas de administrar a justiça em nome do povo. O Presidente Lourenço recusou-se a fazer o discurso de abertura do ano judicial de 2023, citando relatos de que a crise da corrupção tinha chegado aos órgãos superiores da justiça (Jornal de Angola, 2023b).

Ao mesmo tempo, os críticos contrapõem que as denúncias de corrupção que envolvem titulares de pastas ministeriais, como o director do Gabinete do Presidente da República, Edeltrudes Costa, ou o ministro de energias e águas, João Baptista Borges, não são investigadas (Novo Jornal, 2022; Kesongo, 2023).

Como os cidadãos percebem os esforços da luta contra a corrupção?

Os resultados do último inquérito Afrobarometer em Angola mostram que uma proporção considerável de cidadãos vê a corrupção a aumentar no país, particularmente em instituições públicas como a polícia nacional e a Presidência, e uma maioria avalia o desempenho do governo na luta contra a corrupção como bastante fraco. Muitos Angolanos relatam ter que pagar subornos para obter serviços do governo, e a maioria diz que as pessoas comuns correm o risco de retaliação se denunciarem a corrupção.

## Inquérito do Afrobarometer

Afrobarometer é uma rede de pesquisa pan-africana e apartidária, que fornece dados confiáveis sobre experiências africanas e avaliações de democracia, governança e qualidade de vida. Oito rondas de pesquisas foram concluídas em 39 países desde 1999. As pesquisas da Ronda 9 estão em fase de conclusão em 2023. O Afrobarometer realiza entrevistas face-a-face na língua da escolha do entrevistado, com uma amostra nacional representativa.

A equipa do Afrobarometer em Angola, liderada pela Ovilingwa – Estudos de Opinião Pública, entrevistou 1.200 Angolanos adultos entre 9 de Fevereiro e 8 de Março de 2022. Uma amostra deste tamanho produz resultados nacionais com uma margem de erro de +/- 3 pontos percentuais e um nível de confiança de 95%. A pesquisa anterior em Angola foi realizada em 2019.

## Principais conclusões

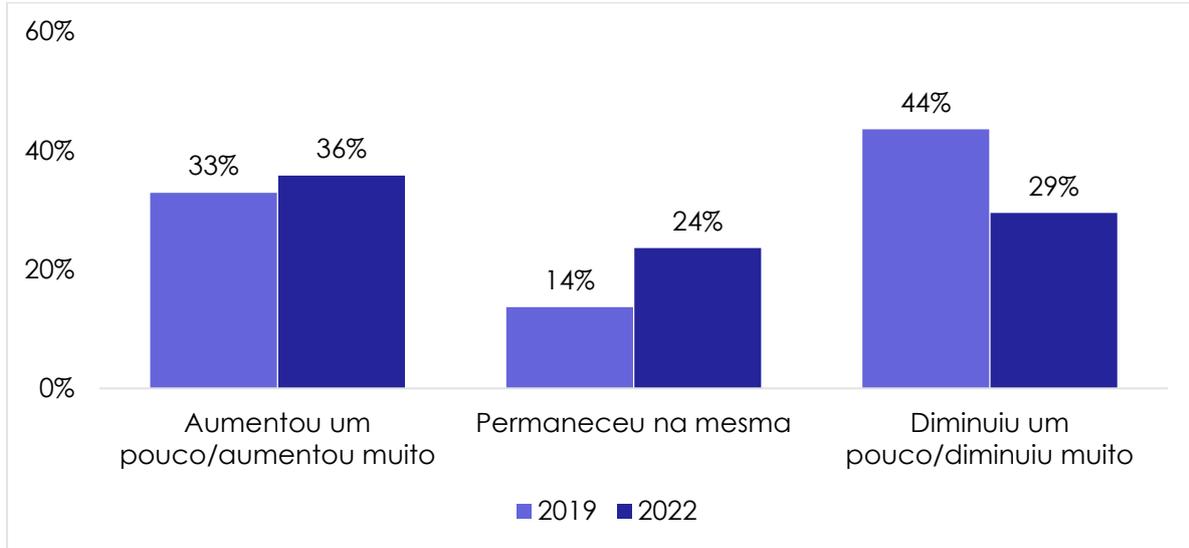
- Mais de um em cada três Angolanos (36%) diz que o nível de corrupção no país aumentou “um pouco” ou “muito” no último ano.
  - A percentagem de cidadãos que afirma que a corrupção diminuiu caiu 15 pontos percentuais, passando de 44% em 2019 para 29% em 2022.
- Mais de seis em cada 10 cidadãos (62%) acreditam que as pessoas que denunciam actos de corrupção às autoridades correm risco de retaliação ou outras consequências negativas.
  - A maioria (54%) dos entrevistados consideram ser “pouco provável” ou “nada provável” que as autoridades tomem alguma atitude diante de uma denúncia de actos de corrupção.
- Seis em cada 10 Angolanos (59%) dizem que o governo está a fazer um mau trabalho no combate à corrupção, contra 54% em 2019.
- Entre os Angolanos que tiveram contacto com os principais serviços públicos no ano anterior, cerca de quatro em cada 10 dizem ter pago suborno para evitar problemas com a polícia (37%), para obter assistência da polícia (42%), para obter serviços de escolas públicas (39%) ou para obter um documento de identificação (43%)
- Mais de quatro em cada 10 cidadãos (45%) dizem que “a maioria” ou “todos” os polícias são corruptos, a pior classificação entre as 12 instituições e líderes avaliadas pelos respondentes ao inquérito.
  - A proporção de entrevistados que percebem a corrupção como um fenómeno generalizado na Presidência aumentou 16 pontos percentuais desde 2019, de 22% para 38%.

## Nível de corrupção e desempenho do governo no combate à corrupção

Mais de um terço (36%) dos Angolanos dizem que o nível geral de corrupção no país aumentou durante o ano anterior ao inquérito, um ligeiro aumento em relação ao inquérito de 2019 (33%). Apenas 29% dos cidadãos acreditam que a corrupção diminuiu, abaixo dos 44% em 2019, enquanto a proporção que não vê mudança nos níveis de corrupção aumentou 10 pontos percentuais, para 24% (Figura 1).

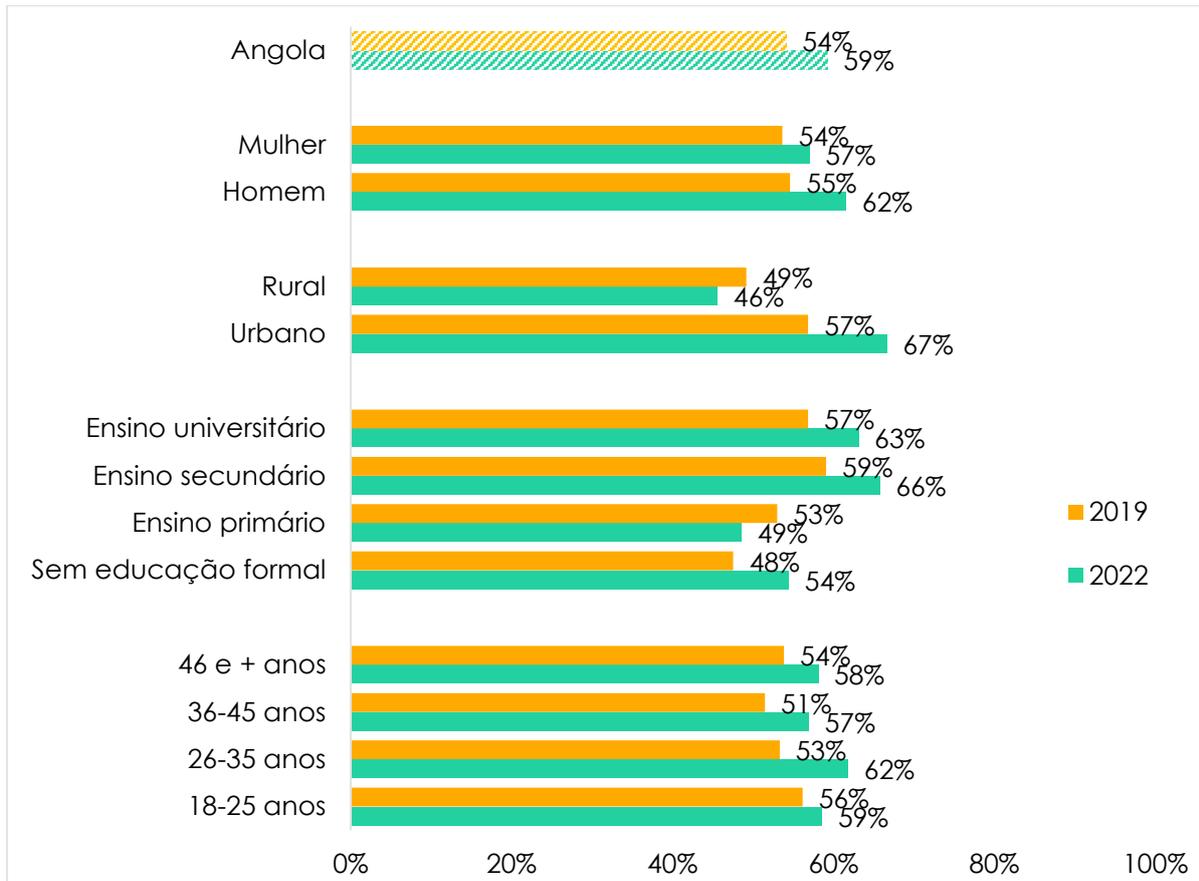
Seguindo essa tendência, as avaliações negativas sobre o desempenho do governo no combate à corrupção cresceram 5 pontos percentuais, passando de 54% em 2019 para 59% em 2022 (Figura 2). A percepção de que os níveis de corrupção aumentaram é maior entre os homens (62%), residentes urbanos (67%) e cidadãos com educação secundária ou universitária (63%-66%).

**Figura 1: Nível de corrupção** | Angola | 2019-2022



**Pergunta aos entrevistados:** Na sua opinião, em relação ao ano passado, o nível de corrupção no país aumentou, diminuiu, ou permaneceu o mesmo?

**Figura 2: O governo tem mau desempenho na luta contra a corrupção** | por grupos socio-demográficos | Angola | 2019 -2022

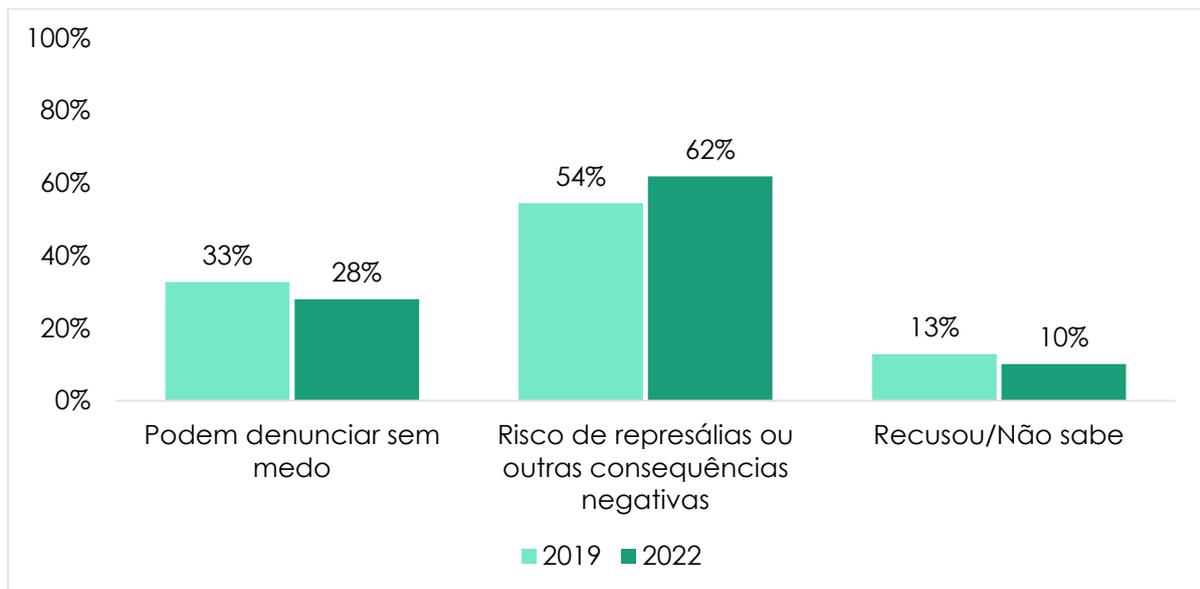


**Pergunta aos entrevistados:** Até que ponto você acha que o governo está a lidar bem ou mal com as seguintes matérias, ou você não ouviu o suficiente para ter uma opinião: Combater a corrupção no governo? (% que respondeu "razoavelmente mal" ou "muito mal")

### As pessoas podem denunciar casos de corrupção sem medo?

A capacidade dos cidadãos de denunciar casos de corrupção às autoridades competentes é essencial para a luta anticorrupção, mas mais de seis em cada 10 Angolanos (62%) dizem que as pessoas comuns correm o risco de retaliação ou outras consequências negativas se o fizerem. Este valor aumentou 8 pontos percentuais face a 2019 (54%) (Figura 3). Apenas 28% dos cidadãos dizem que as pessoas podem denunciar a corrupção sem medo, abaixo dos 33% em 2019.

**Figura 3: As pessoas podem denunciar casos de corrupção sem medo? | Angola | 2019-2022**

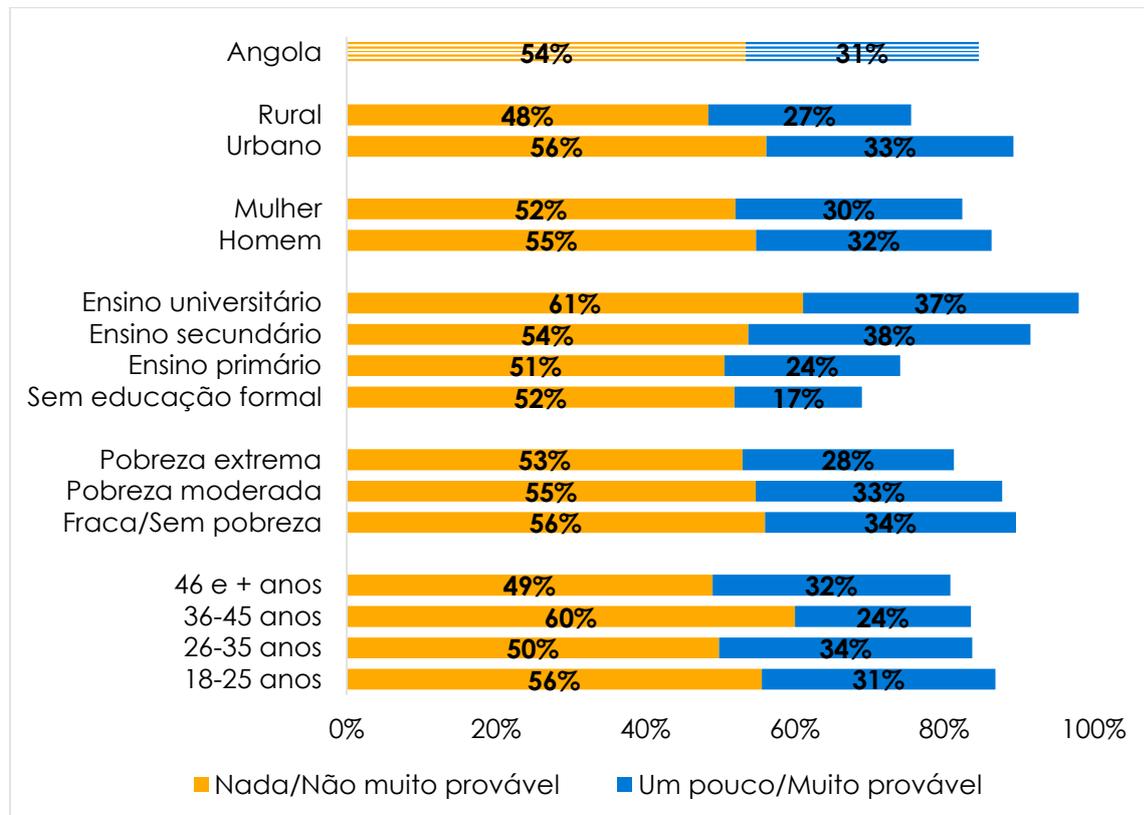


**Pergunta aos entrevistados:** No país, as pessoas comuns podem denunciar casos de corrupção sem medo, ou elas correm o risco de retaliação ou outras consequências negativas se elas falarem?

Além disso, mais de metade (54%) dos Angolanos considera “pouco provável” ou “nada provável” que as autoridades tomem medidas em resposta a uma denúncia de caso de corrupção. Essa percepção é particularmente difundida entre os residentes urbanos (56%) e aqueles com ensino superior (61%) (Figura 4).

Faça sua própria análise dos dados do Afrobarometer  
 – sobre qualquer questão, para qualquer país e  
 ronda de inquérito. É fácil e gratuito em  
[www.afrobarometer.org/online-data-analysis](http://www.afrobarometer.org/online-data-analysis).

**Figura 4: Probabilidade de levar à sério uma denúncia de caso de corrupção** | por grupos socio-demográficos | Angola | 2022



**Pergunta aos entrevistados:** O quão provável é você conseguir que alguém tome um posicionamento ou apoie: Se você fosse ao gabinete de uma autoridade anti-corrupção do governo provincial ou da Procuradoria Geral da República para denunciar conduta corrupta, tais como o mau uso dos fundos ou pedidos de suborno?

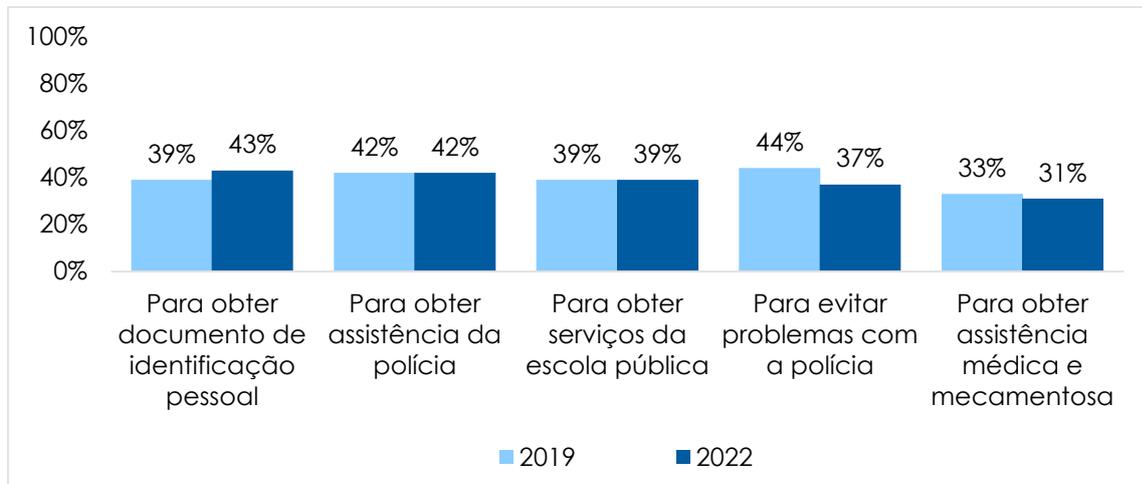
### Experiência pessoal com a corrupção

Os níveis reportados de experiência pessoal com a corrupção no acesso a bens e serviços públicos gratuitos sugerem uma prática sistémica e institucionalizada no quotidiano dos cidadãos angolanos. Entre os entrevistados que tiveram contacto com os serviços públicos essenciais selecionados durante os 12 meses anteriores à pesquisa, cerca de quatro em cada 10 dizem que tiveram que pagar suborno pelo menos uma vez para obter um documento de identificação (como certidão de nascimento, carta de condução, passaporte, cartão de eleitor ou bilhete de identidade) (43%), para obter ajuda da polícia (42%), para obter serviços de uma escola pública (39%) ou para evitar problemas com a polícia (37%). Um pouco menos (31%) relata ter que pagar suborno para obter serviços médicos (Figura 5).

Em comparação com os resultados da pesquisa de 2019 do Afrobarometer, o pagamento de subornos para obter assistência policial e serviços escolares manteve-se estável, para evitar problemas com policias caiu 7 pontos percentuais e para obter documentos de identificação aumentou 4 pontos percentuais.

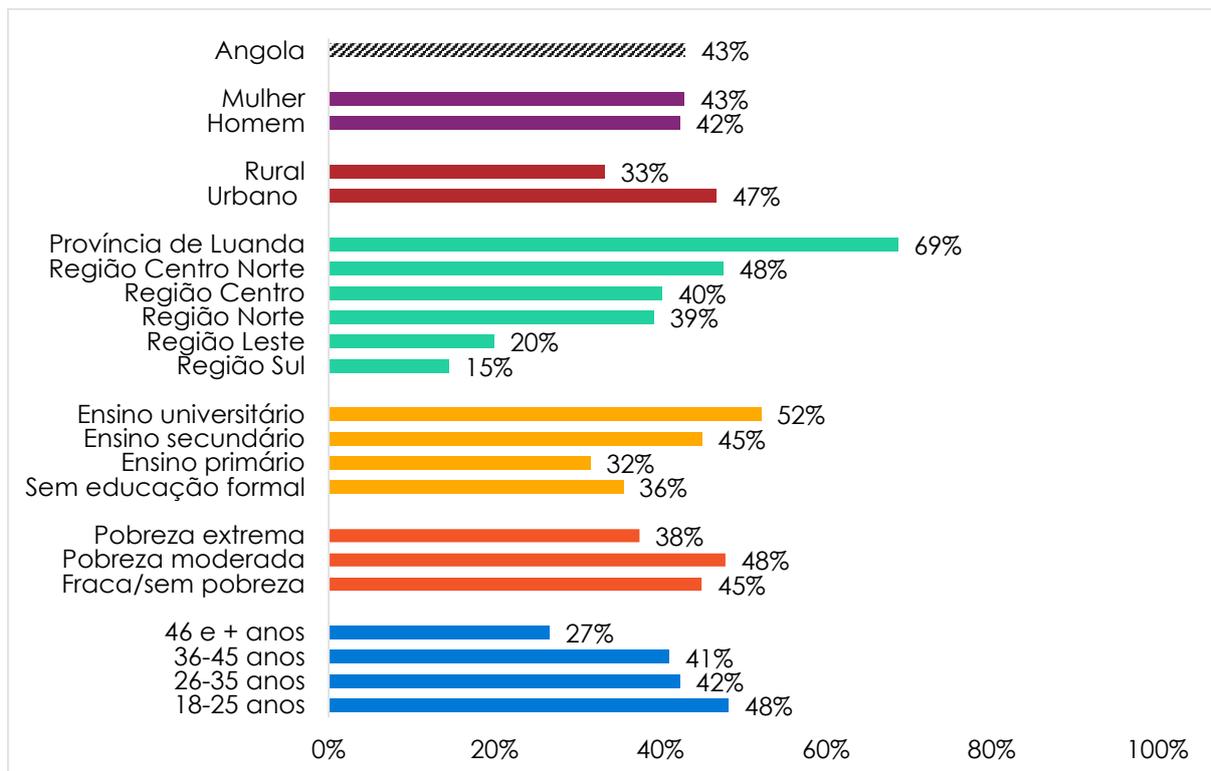
Entre os que pagaram suborno para obtenção de documentos de identificação, destacam-se os residentes da Província de Luanda (69%, contra 15% e 20% nas regiões Sul e Leste). Os residentes urbanos são mais propensos do que os residentes rurais a relatar o pagamento de suborno (47% vs. 33%), assim como os cidadãos com ensino superior (52%) e os jovens (48% dos 18-25 anos) (Figura 6).

**Figura 5: Pagar suborno para ter acesso aos serviços públicos | Angola | 2019-2022**



**Perguntas aos entrevistados:** Com que frequência, se alguma vez, você teve de pagar uma gasosa/micha, dar um presente, ou fazer um favor para [obter os serviços públicos que precisava]? (% que dizem pagou suborno “uma ou duas vezes,” “poucas vezes” e “frequentemente”) (Os respondentes que tiveram contacto com estes serviços estão excluídos.)

**Figura 6: Pagar suborno para obter documento de identificação pessoal | por grupos socio-demográficos | Angola | 2022**



**Pergunta aos entrevistados:** Nos últimos 12 meses, você tentou obter um documento de identificação como uma certidão de nascimento, carta de condução, passaporte, cartão de eleitor ou bilhete de identidade? [Se “sim”]: Com que frequência, se alguma vez, você teve de pagar uma gasosa ou micha, dar um presente, ou fazer um favor a um funcionário do governo para obter o documento que precisava? (% que respondeu que pagou suborno “uma ou duas vezes,” “algumas vezes” ou “frequentemente”) (Os respondentes que não tentaram obter documentos de identificação estão excluídos.)

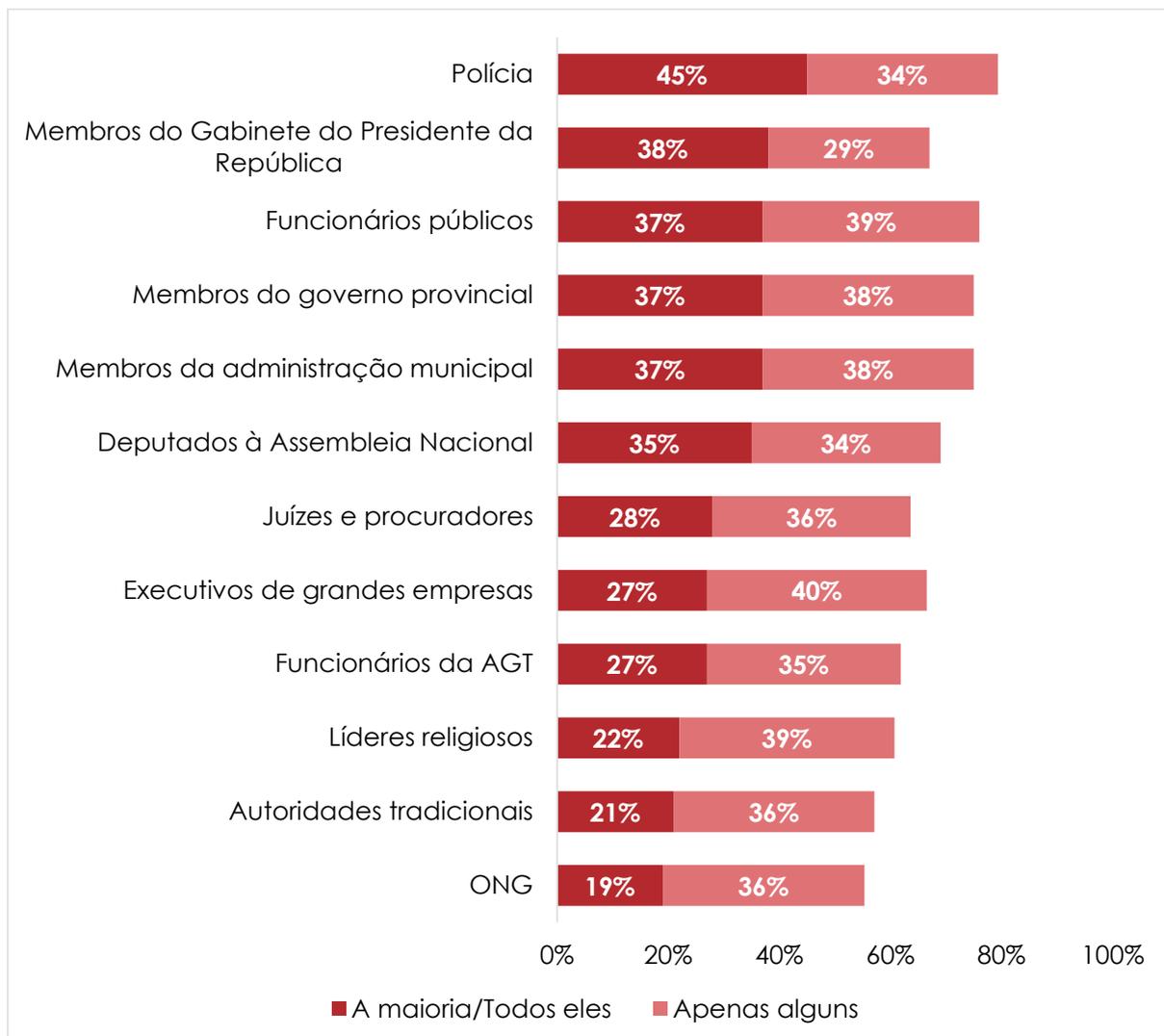
## Quem é corrupto?

Entre os principais líderes e servidores públicos, a polícia nacional é a mais vista como corrupta: Quase metade (45%) dos Angolanos diz que “a maioria” ou “todos” os policias são corruptos, além de 34% que dizem “alguns” deles estão envolvidos em corrupção (Figura 7). A polícia é seguida pela Presidência da República (38% a maioria/todos corruptos), pelos funcionários públicos (37%), pelos governadores provinciais e pelos administradores municipais e seus quadros (37%) e pelos deputados (35%).

Apenas 13% dos Angolanos não percebem a corrupção na Presidência, e menos ainda (9%) dizem que não há corrupção na polícia.

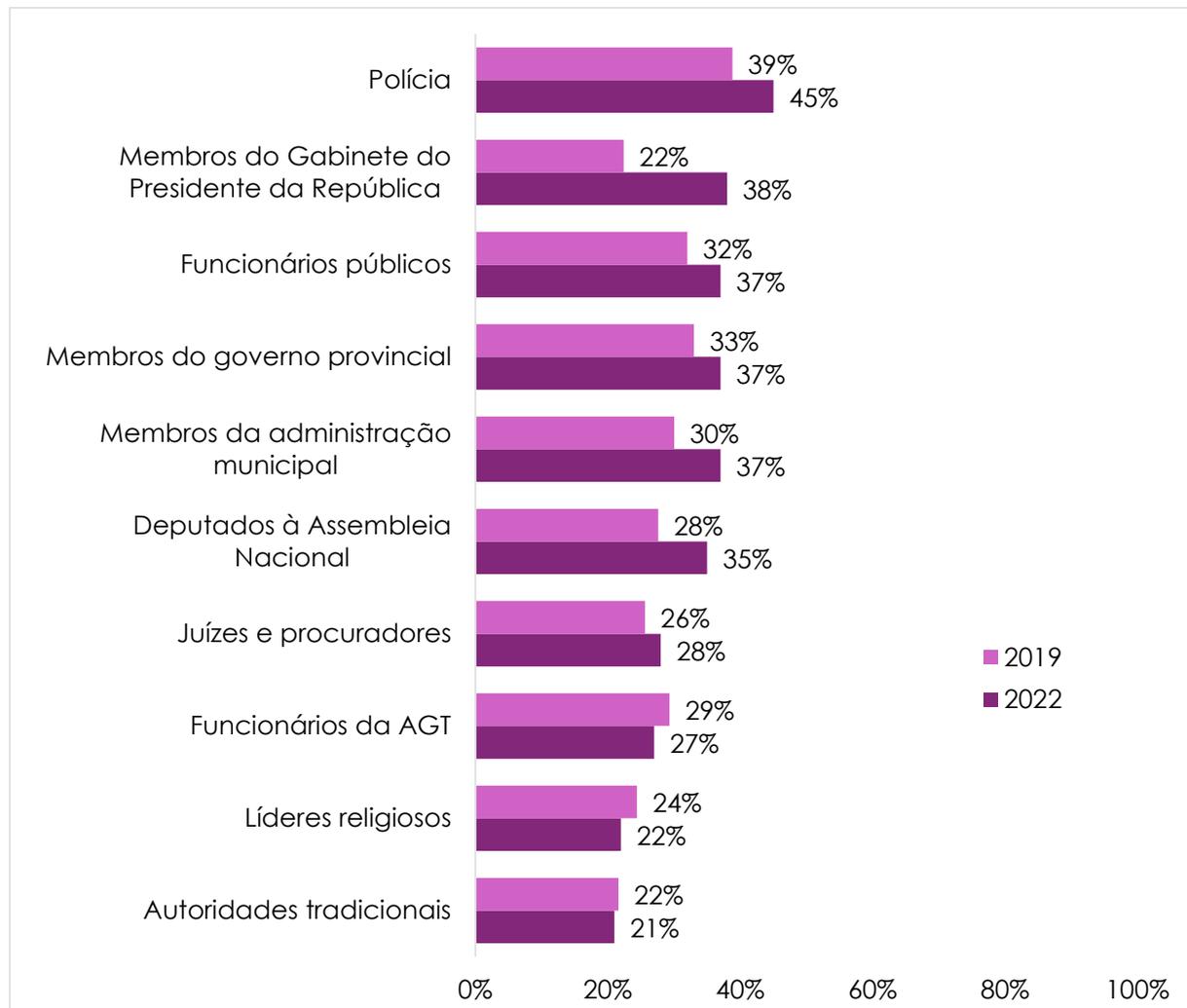
Em comparação com 2019, as percepções de corrupção generalizada na Presidência aumentaram 16 pontos percentuais, com aumentos menores registados para a polícia, governadores provinciais, funcionários públicos, administradores municipais e membros do Parlamento (Figura 8).

**Figura 7: Percepção da corrupção entre as instituições e os líderes | Angola | 2022**



**Perguntas aos entrevistados:** Quantas das seguintes pessoas você acha que estão envolvidas em casos de corrupção, ou você ainda não ouviu falar o suficiente sobre elas para ter uma opinião?

**Figura 8: Generalização da corrupção entre as instituições e os líderes | Angola**  
 | 2019-2022

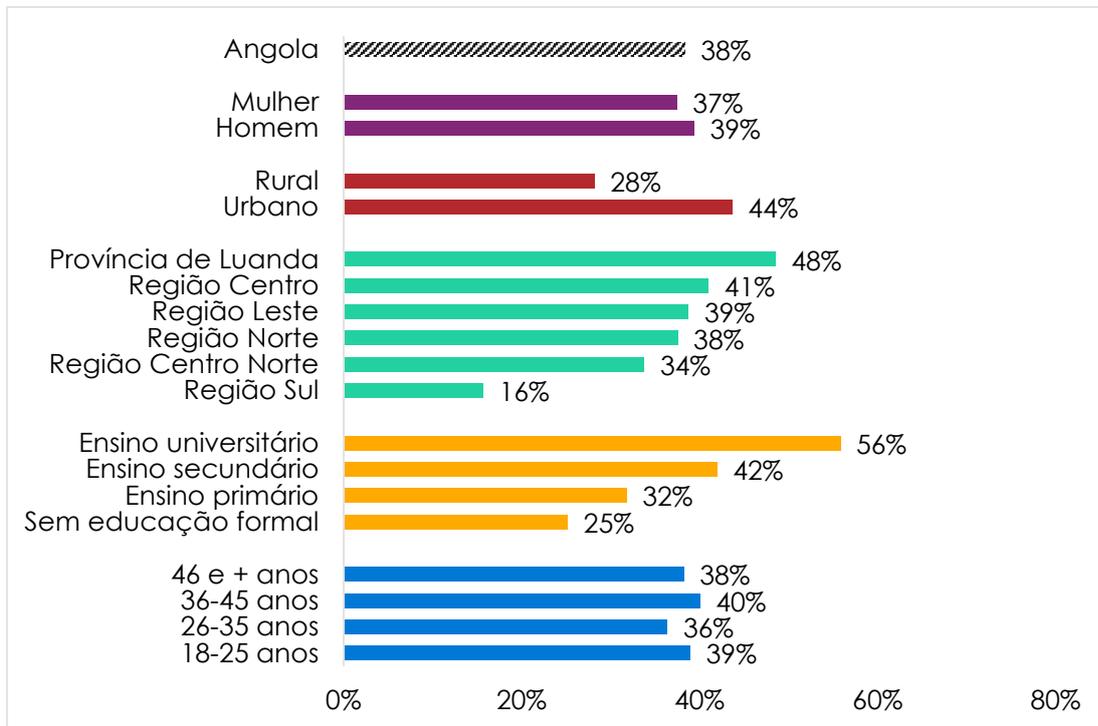


**Perguntas aos entrevistados:** Quantas das seguintes pessoas você acha que estão envolvidas em casos de corrupção, ou você ainda não ouviu falar o suficiente sobre elas para ter uma opinião? (% que respondeu "a maioria deles" ou "todos eles")

Os residentes urbanos são mais propensos do que os residentes rurais a perceberem a generalização da corrupção na Presidência (44% vs. 28%), assim como os residentes da Província de Luanda (48%) em comparação com outras partes do país (16%-41%) (Figura 9). As percepções de que "a maioria" ou "todos" os funcionários da Presidência são corruptos aumentam com o nível de educação dos entrevistados, variando de 25% daqueles sem escolaridade formal a 56% daqueles com ensino superior.

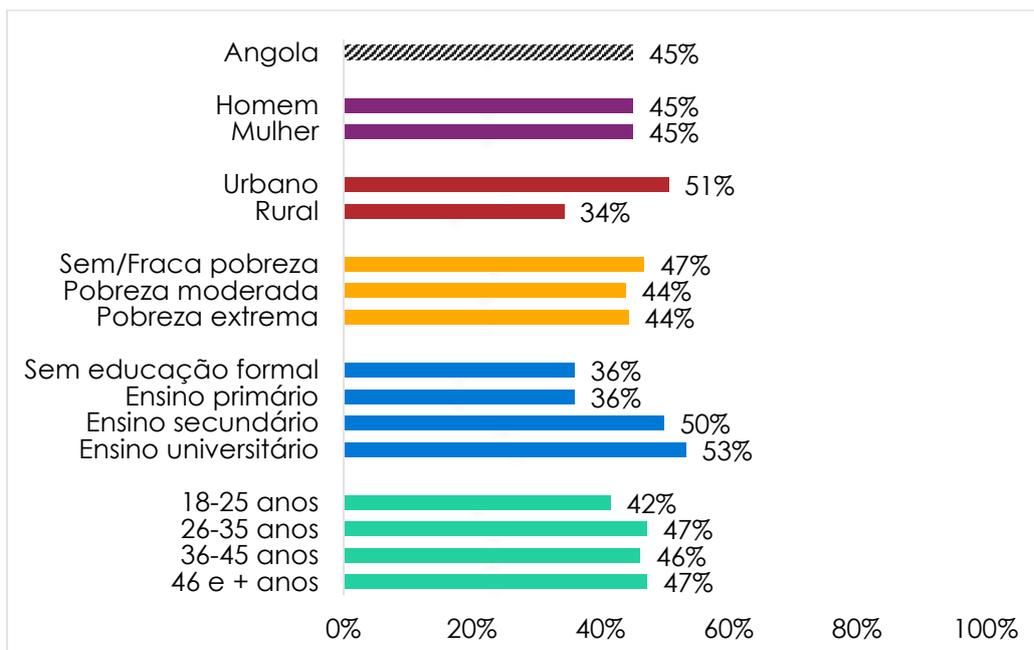
Relativamente à polícia nacional, a percepção de que "a maioria" ou "todas" estão envolvidas em actos de corrupção é particularmente comum entre os Angolanos com ensino secundário ou superior (50%-53%) e residentes urbanos (51%) (Figura 10).

**Figura 9: Percepção que a maioria/todos funcionários da Presidência da República são corruptos** | por grupos socio-demográficos | Angola | 2022



**Pergunta aos respondentes:** Quantas das seguintes pessoas você acha que estão envolvidas na corrupção, ou você ainda não ouviu falar o suficiente sobre elas para ter uma opinião: O presidente da República e os membros do seu gabinete? (% que respondeu "a maioria deles" ou "todos eles")

**Figura 10: Percepção de que a maioria/todos os policiais são corruptos** | por grupos socio-demográficos | Angola | 2022



**Pergunta aos respondentes:** Quantas das seguintes pessoas você acha que estão envolvidas na corrupção, ou você ainda não ouviu falar o suficiente sobre elas para ter uma opinião: A polícia nacional? (% que dizem "a maioria deles" ou "todos eles")

## Conclusão

Os resultados do mais recente inquérito Afrobarometer mostram que os Angolanos acreditam que o governo não está a fazer o suficiente para combater a corrupção. Muitos cidadãos dizem que tiveram que pagar subornos para evitar problemas com a polícia ou para solicitar assistência policial, para ter acesso aos serviços de escolas públicas ou unidades de saúde, ou para obter documentos de identificação, e a maioria acha que as pessoas comuns correm o risco de retaliação se denunciarem a corrupção.

Acontecimentos recentes que abalaram os órgãos superiores da justiça e reacenderam o debate sobre a gravidade da corrupção merecem profunda reflexão por parte da sociedade como um todo.

Nesse contexto, é necessário que os formuladores de políticas e, principalmente, o presidente da República e o ministério público adotem estratégias para aumentar o sentimento de segurança pessoal dos cidadãos que se envolvem em campanhas de denúncia de casos de corrupção.

## Referências

- Angola24Horas. (2023). PGR confirma buscas nos gabinetes do juiz Joel Leonardo no TS e CSMJ. 14 de Março.
- Club K. (2023). Angola: PGR diz que há menos casos de corrupção no país. 11 de Abril.
- Kesongo. (2023). “A justiça em Angola não é independente”. 16 de Março.
- Jornal de Angola. (2023a). Juíza Exalgina Gambôa constituída arguida. 28 de Fevereiro.
- Jornal de Angola. (2023b). Discurso de João Lourenço na tomada de posse de novos juizes designados ao tribunal supremo. 22 de Março.
- Maka Angola. (2023a). Exalgina Gambôa constituída arguida. 28 de Fevereiro.
- Maka Angola. (2023b). Vandalismo na recuperação de activos. 22 de Março.
- Novo Jornal. (2022). Tunda Mu Njila: De escândalo em escândalo. 4 de Julho.
- Novo Jornal. (2023a). PR convida juíza presidente do Tribunal de Contas a renunciar, “o que não aconteceu até à presente data.” 27 de Fevereiro.
- Novo Jornal. (2023b). Tribunal de Contas: Exalgina Gambôa constituída arguida por suspeita dos crimes de peculato, extorsão e corrupção. 28 de Fevereiro.
- Ropes & Gray. (2021). A promising future: Angola’s recent efforts to combat corruption.
- RTP Notícias. (2023). Presidente angolano aceita demissão de juíza presidente do tribunal de contas.
- Transparência Internacional. (2023). CPI 2022 for sub-Saharan Africa: Corruption compounding multiple crises.

**Carlos Pacatolo** é politólogo, investigador principal da Ovilongwa – Estudos de Opinião Pública, parceira angolana do Afrobarometer, e do CESP-ISP Jean Piaget de Benguela. Email: pacatolo@yahoo.com.br.

**David Boio** é sociólogo, investigador principal da Ovilongwa – Estudos de Opinião Pública, parceira angolana do Afrobarometer, e do Centro Sol Nascente do Huambo. Email: davidboio@gmail.com.

A Afrobarometer, uma corporação sem fins lucrativos com sede no Gana, dirige uma rede de pesquisa pan-africana e não-partidária. Coordenação regional de parceiros nacionais em cerca de 35 países é fornecida por Center for Democratic Development (CDD) no Gana, Institute for Justice and Reconciliation (IJR) na África do Sul, e Institute for Development Studies (IDS) da University of Nairobi, no Quênia. A Michigan State University (MSU) e a University of Cape Town (UCT) prestam apoio técnico à rede.

O apoio financeiro para o Afrobarometer é fornecido pela Suécia (Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional; da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); do Instituto da Paz dos Estados Unidos; das Fundações Mo Ibrahim, Open Society - Africa, Bill & Melinda Gates, William and Flora Hewlett, e Mastercard; da União Europeia; do National Endowment for Democracy; da Agência Japonesa para Cooperação Internacional; da Universidade de California San Diego; do Global Center for Pluralism; do Banco Mundial; da Embaixada do Reino dos Países Baixos em Uganda; e do GIZ.

As doações ajudam o Projeto Afrobarometer a dar voz aos cidadãos africanos. Por favor, considere fazer uma contribuição (em [www.afrobarometer.org](http://www.afrobarometer.org)) ou contactar Felix Biga ([felixbiga@afrobarometer.org](mailto:felixbiga@afrobarometer.org)) ou Runyararo Munetsi ([runyararo@afrobarometer.org](mailto:runyararo@afrobarometer.org)) para discutir o financiamento institucional.

Para mais informações, visite [www.afrobarometer.org](http://www.afrobarometer.org).



**Afrobarometer Edição No. 631 | 17 de Abril de 2023**